

Para além da relação poder-saber: governo-verdade

Clarice Nunes Ferreira Costa*

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos Vivos – Curso no Collège de France, 1979-1980 (excertos)**. Tradução, transcrição, notas e apresentação de Nildo Avelino, Rio de Janeiro Achiamé, 2010.

O livro ora resenhado é constituído por um curso ministrado por Michel Foucault entre 1979 e 1980, sem edição ou verificação académica, mas que traz ao leitor a circulação de ideias propostas pelo filósofo. Os editores do livro afirmam que a edição oficial do curso virá a público o mais breve possível e que por enquanto podemos nos aventurar em excertos de *Do governo dos vivos*.

Michel Foucault (1926 – 1984) é um dos filósofos mais aclamados de seu tempo. Ao longo de sua carreira desenvolveu o que para alguns autores são chamadas de fases, para Veiga-Neto são domínios foucaultianos. Levando em consideração que a questão central da obra de Foucault é o sujeito, o primeiro domínio é chamado de Arqueologia, que se dedica a descoberta do sujeito e do saber. O segundo domínio, o filósofo desenvolve sobre o sujeito e o poder, chamado, então, de Genealogia. No terceiro domínio, Foucault dedica seu trabalho a estudar o sujeito consigo mesmo. Esta é a fase da ética, da estética e da história da sexualidade.

Do governo dos vivos é um curso dado entre um domínio e outro; segundo Pasquale Pasquino, colaborador de Foucault no Collège de France, foi o inconveniente da guerra que levou o filósofo perceber a dicotomia entre soberania, entendida como forma jurídica, e um poder disciplinador e normalizador, emergindo daí a questão do governo. Por se tratar de um curso, a leitura desta obra destoa da leitura dos livros do autor, pois ele não se preocupa com a coerência das palavras como ele o faz em seus livros.

A partir de 1980, Michel Foucault introduz uma nova problematização nos seus estudos sobre a relação de poder através da qual ele renovou consideravelmente seu “método” de análise: trata-se da anarqueologia dos saberes que consiste no deslocamento analítico do eixo Poder-Saber para o eixo “governo dos homens pela Verdade sob a forma de Subjetividade” (AVELINO, 2010, p. 11-12).

O movimento que leva o autor ao cerne de seu curso, ora resenhado, parte do abandono do

discurso da guerra como operador analítico de poder e passa para um novo conceito de governo, da analítica do poder à ética do sujeito. Precisamos assim, partir do conceito de governamentalidade, pois

Foucault tom(a) por objeto de estudo os modos de conceitualização das práticas de governo com a finalidade de apreender a maneira para qual essa conceitualização estabeleceu os objetos, as regras gerais e os objetivos de conjunto que são próprios ao seu domínio. Trata-se em suma, de um estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política (AVELINO, 2010, p. 17).

Sendo assim, Foucault aborda a constituição histórica das nossas formas atuais de obediência. Com sua genialidade, o autor conduz suas aulas passando pela Antiguidade, a Idade Média e a Era Moderna. Ainda, a verdade é a desencadeadora da racionalidade neste percurso.

Na aula 1, Foucault conta a história do Sétimo Severo, em que seu exercício de poder se dá pela manifestação de uma verdade, revelando que o Imperador Romano pronuncia uma sentença de ordem num mundo estabelecido, isto é, ele impõe uma sentença pela verdade já posta. O poder não se manifesta sem a verdade. “(...) Sétimo Severo rendia sua justiça e pronunciava suas sentenças de maneira a inscrevê-las numa ordem do mundo absolutamente visível fundada em direito, fundada em necessidade, fundada em verdade” (FOUCAULT, 2010, P. 31).

Foucault explica que a natureza entre o ritual da manifestação da verdade e o exercício de poder encontra-se

[n]um conjunto de procedimentos verbais ou não, através dos quais é atualizada a consciência individual do soberano e o saber de seus conselheiros; um conjunto de procedimentos verbais ou não através dos quais atualiza-se qualquer coisa que é afirmada, ou melhor, colocada como verdadeiro, seja por oposição a um falso que foi eliminado, discutido, refutado etc.,

mas que é também colocado como verdadeiro por revelação ou ocultação, por dissipação disso que é esquecido, por conjuração do imprevisível (FOUCAULT, 2010, p.35).

Sétimo Severo acreditava nos astros para o exercício de seu poder e o exercia sob o céu astral desenhado em sua cúpula que o conduzia; esse céu presidia “sua justiça, seu destino, sua fortuna; se ele quis que os homens lessem como verdade aquilo que ele fazia como política, aquilo que ele fazia em termos de poder, tudo isso não passava do jogo de um imperador (...)” (FOUCAULT, 2010, p. 32).

Para, além disso, no céu estrelado “(...) vê-se uma espécie de manifestação pura do verdadeiro, manifestação pura da ordem do mundo em sua verdade, manifestação pura do destino do imperador e da necessidade que lhe preside, manifestação pura da verdade sobre a qual, em última instância, se fundam as sentenças do Príncipe” (FOUCAULT, 2010, p. 34).

A respeito do Príncipe da Renascença, Foucault explicita que há em torno dele certo número de atividades, saberes, conhecimentos, práticas e, ainda, afirma que

(...) o fenômeno das cortes representa também outra coisa e que havia nas cortes, e nessa extraordinária concentração de atividades culturais, uma forma de dispêndio puro de verdade, uma forma de manifestação da pura verdade: lá existe poder, lá onde é preciso que exista poder, lá onde se quer mostrar que efetivamente reside o poder, e bem, é preciso que exista o verdadeiro; (...) A força do poder não é independente de qualquer coisa como a manifestação do verdadeiro entendido para além disso que é simplesmente útil e necessário para bem governar (FOUCAULT, 2010, p. 39).

Nos séculos XVI e XVII o poder principesco se fortalece, constituindo-se de uma série de conhecimentos que possibilitam a arte de governar. As manifestações de saber se dão através de bruxas, astrólogos, adivinhos etc. Mas o caminho para a constituição da razão do Estado faz com que essas figuras façam um movimento que foi evidentemente a sua contrapartida negativa, neste momento “(...) é preciso caçar o adivinho do rei, é preciso substituir o astrólogo por essa espécie de conselheiro que foi ao mesmo tempo o detentor e o invocador da verdade e substituí-lo por um verdadeiro ministro que seja

capaz de fornecer ao Príncipe um conhecimento útil.” (FOUCAULT, 2010, p. 40). Esse movimento foi marcado principalmente pela caça às bruxas que, como resultado da Reforma e da Contra-Reforma, mostrou que a cristianização havia sido muito fraca durante o século precedente.

A partir do termo aleturgia, que é a expressão para o verdadeiro, Foucault nos leva a entender que a exclusão do adivinho e a caça às bruxas nas camadas populares é um fenômeno que tem duas vertentes: na direção do Príncipe e na direção popular. “Era preciso eliminar aquele tipo de saber, aquele tipo de manifestação do verdadeiro, aquele tipo de produção da verdade, aquele tipo de aleturgia, tanto nas camadas populares quanto, e com mais razão, do entorno do Príncipe e da corte”. (FOUCAULT, 2010, p. 41). Portanto, a razão de Estado deveria tomar o lugar daquilo que fazia presidir no governo, a bruxaria, a astrologia e a adivinhação. A Idade Média é regulada pela Bíblia, portanto deve-se obediência ao Papa. Na Era Moderna o Papa é substituído pelo Príncipe e o povo deve obediência ao Rei.

Foucault dedica-se na aula IV a falar sobre os Regimes de Verdade, pois é a partir daí que ele propõe estudar o cristianismo. Nas palavras do filósofo:

Por regimes de verdade eu gostaria de entender aquilo que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade (...) é, portanto, aquilo que constrange os indivíduos a esses atos de verdade, aquilo que define, que determina a forma desses atos; é aquilo que estabelece para esses atos condições, efetuações e efeitos específicos. (...) um regime de verdade é aquilo que determina as obrigações dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação do verdadeiro. Obrigação dos indivíduos quanto ao procedimento de manifestação do verdadeiro, quer dizer a junção dessa noção de obrigação com relação à noção de manifestação da verdade em que a verdade obriga pelo fato dela ser manifestada (FOUCAULT, 2010, p. 67).

A verdade só se dá em relação ao outro e, portanto, só é verdade se o sujeito se declina a ela. Para Foucault (2010, p. 71) a frase “É verdade, portanto, eu estou vinculado”, carrega o sentido de - você deve se inclinar - que é imanente à manifestação da verdade e que “é um problema histórico-cultural” (2010, p. 72).

Para levantar as questões “Como tornar-se o outro? Como, sendo o que é, tornar-se inteiramente o outro? Como, estando, nesse mundo, passar a um outro? Como, estando no erro, passar à verdade etc?” Foucault faz uma reflexão sobre o batismo, a ressurreição, a mortificação e nos revela que o problema da ruptura da identidade “gerou-se para nós o problema da relação entre a subjetividade e a verdade.” Ele, ainda, afirma que no cristianismo a relação entre subjetividade e verdade “foi pensada a partir da morte” (FOUCAULT, 2010, p. 82).

Se um ato de verdade são os rituais e os procedimentos para entrar no regime de verdade, então o batismo é um ato de verdade. Segundo Foucault, é a mortificação o essencial sentido do batismo. “É preciso morrer para poder viver, e imediatamente as provas da verdade vão tomar sentido nisso que trata de autenticar a mortificação na qual deve constituir o caminho para a verdade (...) ir à verdade que é a vida e vida eterna por um caminho que é a mortificação” (p. 80).

A culpa também é um aspecto do batismo, pois no cristianismo essa culpa manifesta desde Adão até os dias de hoje. A culpa é o triunfo de Satã. Foucault ressalta que no cristianismo há uma luta incessante contra o outro que está em nós, no fundo da alma e o caminho para a verdade é o combate por essa expulsão do outro. Então, nos submetemos aos rituais, aos atos de verdade para a salvação. Passamos por provações e somos tentados o tempo todo. “(...) a verdade não pode produzir seus efeitos na subjetividade a não ser com a condição de que exista a mortificação, na condição de que ocorra luta e combate com o outro, na condição de que se manifeste sem cessar a si e aos outros a verdade disso que se é” (p.83).

Na aula VI, Foucault apresenta o bem e o mal como um sistema de lei, pois pelo princípio da separação “(...) incide sobre a ação e sobre os elementos característicos da ação (...) por definição a culpa como ação ruim é indefinidamente repetível; é uma forma de ação possível e a repetitividade da culpa está inscrita ela mesma no funcionamento da lei” (p. 85).

Em função disso, o autor assegura que “o esquema da salvação, o esquema da perfeição é completamente diferente” (p.86). A qualidade do sujeito determina a qualidade da ação; se o sujeito é o do conhecimento, então implica irreversibilidade, se o sujeito é o da vontade, ele pode querer cessar tanto o bem quanto o mal, novamente. Essa vontade, assim como a

submissão se faz num jogo na direção dos indivíduos. Foucault assegura que “existe alguém que guia a minha vontade, (...) mas querendo a cada instante aquilo que o outro quer que eu queira” (p. 88).

Na direção dos indivíduos não existe estrutura, mas sim técnicas criando a relação de uma vontade com outra, assim, conforme Foucault “A fórmula da direção no fundo é: ‘Eu obedeço livremente isso que tu queres para mim, (...) que tu queres que eu queira, de maneira que eu possa estabelecer uma certa relação de mim comigo mesmo’.”

Nesse sentido de direção dos indivíduos de Foucault, encontramos na aula VIII de seu curso, o que a direção deve produzir: a obediência. Foucault declara que “a obediência produz obediência” e segue complementando que “(...) obedece-se para poder tornar-se obediente, para produzir um estado de obediência” (p. 99). O autor, ainda, utiliza-se da obediência monástica para exemplificar a estrutura da obediência citando três características: “(...) a submissão que diz ‘eu quero isso que quer o outro’; (...) a paciência que diz ‘eu quero não querer outra coisa do que quer o outro’; e humildade que consiste em dizer ‘eu não quero querer’” (p. 102).

Observamos que o processo de obediência é no fundo um processo de disciplinar a verdade. Dessa maneira, podemos dizer que a noção poder-saber desloca-se para a noção governo-verdade.

Outro pensamento a que este texto me conduz é que na democracia que vivemos na contemporaneidade devemos obediência a nós mesmos, uma vez que o governo regulado pelo povo deve obedecer a si mesmo, obedecendo às suas regras e cumprindo suas obrigações de cidadão.

Termino esta resenha destacando a pergunta, lançada por Foucault, que me intrigou durante a leitura de *Do governo dos vivos* e que a cada vez que eu a leio abre-se um novo leque de inquietações.

Por quê e como o exercício do poder como governo dos homens, exige não somente atos de obediência e de submissão, mas atos de verdade nos quais os indivíduos são sujeitos numa relação de poder e o são igualmente sujeitos como ator, espectador-testemunha, ou como objeto no procedimento de manifestação da verdade? (...) (FOUCAULT, 2010, p. 66)

Sobre a autora:

Clarice Nunes Ferreira Costa: Professora da Faculdade Anhanguera e mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade São Francisco, Itatiba, São Paulo.